

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**VERDADES E BELAS MENTIRAS: UMA ANÁLISE DOS LIVROS II E III DA
REPÚBLICA DE PLATÃO.**

BOLSISTA (CNPq): LUANA DE LIMA BRASIL

MANAUS- 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**RELATÓRIO PARCIAL
PIB - H- 0117/12
VERDADES E BELAS MENTIRAS: UMA ANÁLISE DOS LIVROS II E III DA
REPÚBLICA DE PLATÃO**

**BOLSISTA (CNPq): LUANA DE LIMA BRASIL
ORIENTADORA: Prof^a Dr^a MARIA DO SOCORRO DA SILVA JATOBÁ**

MANAUS-2013

Sumário

INTRODUÇÃO.....	4
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
SOBRE OS TRÊS PRIMEIROS LIVROS.....	6
O TERMO <i>PSEUDOS</i> E O NOSSO OLHAR SOBRE A MENTIRA.....	8
PRIMEIRA INTERPRETAÇÃO DO PONTO DE VISTA DE PLATÃO SOBRE O TERMO <i>PSEUDOS</i>	11
FONTES E REFERÊNCIAS.....	13
CRONOGRAMA.....	14

INTRODUÇÃO

Estudar a *República*, é debruçar-se sobre um Monumento do pensamento humano. Tarefa de uma vida, portanto. Daí a necessidade de seguir passo a passo, argumento a argumento, na tentativa, nem sempre feliz, de alcançar o mínimo proposto a um exercício filosófico dessa envergadura: paciência e consciência de que a tarefa proposta, em virtude de sua magnitude, será apenas parcialmente alcançada. Entretanto, o valor e a necessidade mesma do exercício proposto quase justificam seu início. A parcialidade dos elementos descobertos, têm uma dimensão filosófica e alcance epistemológico que ultrapassam o pequeno bloco eleito para investigação e nos mostram permanentemente o quanto, para sempre, restará a ser descoberto. Tarefa incompleta e nobre por definição, a despeito de nossas limitações, não pode, portanto, deixar de ser realizada. Será esta, em todos os tempos e lugares, a obrigação do aspirante ao conhecimento filosófico.

É na condição de aspirantes que nos lançamos aos umbrais das *portas dos caminhos de Noite e Dia*, e as sustenta a parte uma verga e uma soleira de pedra, e elas etéreas enchem-se de grandes batentes; destes Justiça de muitas penas tem chaves alternantes. (Parmênides, *Sobre a Natureza*, 10-15). A condição de aspirante não nos desobriga da honestidade intelectual e do compromisso com a verdade. Desde nosso primeiro projeto, estamos tentando seguir e alcançar, passo a passo, lentamente, uma melhor compreensão de Platão e de sua *República*. Esperamos, ao menos, alcançar um pouco do que pretendemos e dessa forma, exercitarmos, dentro da medida, o exercício do pensamento filosófico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para discorrer a respeito dos possíveis sentidos do termo verdade e bela mentira, na *República* de Platão, foi preciso, além da leitura atenciosa, a análise das situações que Sócrates nos expõe em sua conversa com seus interlocutores a respeito da bela mentira e da verdade e verificar em que situações é possível fazer uso desse artifício. Para tanto, recorreremos, sobretudo, à análise dos Livros II e III da referida obra, considerando-os como fonte primária do tema proposto e recorreremos a alguns comentadores da obra e da problemática exposta, sobretudo Giovanni Cassertano e. Esta obra nos mostra não só sob que condições nos é lícito usar uma mentira mas, mais que isso, delinea no seu quadro narrativo-argumentativo a *kallipolis*, a cidade justa, sua dinâmica e a importância da boa conduta de cada cidadão para o seu bom funcionamento. Portanto, fundamenta a elaboração e desenvolvimento deste projeto, a lucidez que Platão nos trás sobre o que é ser um cidadão e qual a importância de da sua boa conduta, não só para a cidade, mas para a vida do próprio cidadão.

SOBRE OS PRIMEIROS TRÊS LIVROS

A República é uma obra de Platão e foi constituída na forma de um diálogo entre Sócrates e seus interlocutores Trasímaco, Adimanto e Gláucon e trata sobre a questão “o que é a Justiça?”. A obra é composta por um complexo de dez livros, todos interligados. Esta ligação vai delinear a reflexão a cerca da cidade ideal, *kallipolis*, a cidade bela que, para Platão, para ser bela deve, necessariamente, ser justa. A justa medida existente, não só em todas as esferas da cidade, mas também na interligação existente entre essas esferas e entre as pessoas que as compõem, justa medida que se apresenta também (ou talvez principalmente) pelas ações, é o que torna a cidade uma bela cidade.

Dizer isso pode parecer que a afirmação é simples e que não demanda uma rede de raciocínio, porém afirmar que a Justiça deve funcionar como princípio constitutivo e mantenedor de uma estrutura é afirmar, a um só tempo, toda a complexidade desenvolvida ao longo dos dez livros de que é composta *A República*. Para perceber a complexidade é necessária muita atenção aos detalhes singulares que formam a rede complexa que interliga os raciocínios e as noções que Platão apresenta. Para dizer que temos o mínimo necessário para uma boa leitura e interpretação é preciso que tenhamos entendido o que Platão apresenta nas conversas de Sócrates com seus interlocutores. A partir dessa leitura, surgem dúvidas dos mais diversos níveis que nos levaram a interagir com todos os outros livros que compõem a obra. Portanto, “simplicidade/facilidade” não é uma característica da obra de Platão, o que não quer dizer, de modo algum, que não seja objetiva. Mas precisamos aprender a desmembrar o complexo para encontrarmos o verdadeiro sentido, o sentido que está para além das aparências, da superficialidade de uma leitura que não se aprofunda suficientemente e que, com uma sucessão de erros no processo formador do juízo, acaba por proporcionar uma visão errada sobre o que realmente está na obra, em

detrimento do aprendizado que realmente podemos obter dela para pensarmos o mundo.

Ao longo da obra, e por ela como um todo, notamos como a noção do Belo em Platão tem uma extensão vasta e se apresenta em vários níveis e, na *República*, nos é apresentada sua perspectiva do ponto de vista político e ético. Platão faz essa abordagem a partir de um ponto de vista metafísico e político e, para tanto, filosófico. Então, no presente trabalho, iremos tratar da discussão sobre a verdade e a bela mentira e a sua função nesta bela cidade que Platão nos apresenta de uma maneira singular que nos instiga a questionar e refletir sobre a formação e constituição do nosso modo de nos relacionarmos com o outro, e com nós mesmos, conciliando as nossas necessidades a partir do momento que buscamos pautar as nossas ações na justiça.

Embora a obra seja composta por dez livros, como já dito, e todos eles interligados, é possível perceber já nos três primeiros livros a tentativa de constituir uma cidade, seus cidadãos e, dentre estes, seus defensores que nos faz perceber a construção, por hipóteses/suposições, como é característico das conversas com Sócrates, de uma noção de justiça, ou melhor, uma reflexão sobre ela que apontará para uma noção de Justiça presente e visível por completo nas diferentes esferas de que a cidade é composta e a relação dinâmica entre estas. Embora a idéia da bela mentira nos seja apresentada inicialmente no segundo e terceiro livros, não é unicamente nestes que iremos nos ater para desenvolver uma reflexão sobre essa noção que Platão nos apresenta como sendo de fundamental importância na educação das pessoas dessa cidade, pois se é nestes primeiros que ela nos é apresentada, o desenvolvimento do raciocínio se dará sempre a partir de um confronto entre Sócrates e seus interlocutores, sobretudo os dois irmãos de Platão, Glaucon e Adimanto.

O primeiro livro apresenta uma discussão inicial sobre o que é a justiça a partir da questão da felicidade (*eudaimonia* e *makaria*). Assim, podemos dizer que a pergunta oculta (revelada no *Górgias*) é o que é a vida feliz? No primeiro livro são apresentados e refutados alguns conceitos que a cidade já absorvera como sendo uma noção de justiça, sobretudo aquela apresentada pelos poetas e por Céfalo, pai do dono da casa onde se realiza o diálogo. No mesmo livro, encontramos a defesa da vida

injusta, feita por Trasímaco, famoso sofista que se contrapõe a um conceito positivo de justiça. Porém a discussão é reconduzida a um segundo ponto inicial no final do mesmo livro que a direciona a uma reflexão propriamente filosófica. Como observa Richard Kraut:

(...) Platão deve ter acreditado que os argumentos do livro I eram de certa forma deficientes; de outro modo não haveria necessidade de reabrir a questão na Parte II. Talvez a sua deficiência resida sobretudo em sua natureza esquemática: eles precisam de um anteparo da teoria política, da metafísica e da psicologia. Uma leitura alternativa é a que se tem no Livro II, onde Platão propõe que os argumentos até ali seriam de tipo completamente errado.

É no segundo livro que temos a apresentação de uma reflexão sobre a justiça a partir do prisma do pensamento filosófico, na qual Sócrates coloca em questão a natureza dos bens, diferenciando-os entre três tipos: os bens intrínsecos, os bens extrínsecos - sendo os primeiros aqueles que são bens em si mesmos, ou seja, que buscamos por eles mesmos, como a alegria e os prazeres que proporcionam a alegria e, os segundos, são os que são buscados em função de suas conseqüências benéficas e vantagens que deles podemos obter, isto é, seu valor é exterior ao bem que é buscado, exemplo deste segundo tipo de bem é buscar ser curado de alguma doença, ou exercer uma atividade pela riqueza material que com ela podemos adquirir - e o terceiro tipo de bens que são buscados são os que são buscados não só por si mesmos, mas pelas conseqüências benéficas que deles podemos obter, como a saúde e a inteligência. O empenho de Sócrates é o de provar que a Justiça deve ser considerada um bem em si mesma e buscada como tal e dizer, na medida em que se constrói a kallipolis, o que ela é. O modo como Sócrates dirige a construção da cidade é o mesmo que fundamenta a noção de Justiça que ele quer provar, por que não basta simplesmente dizer o que é, dar uma definição, sem a apresentar sua aplicabilidade. Esta não é uma visão utilitarista de uma discussão, uma busca que parece residir meramente no âmbito intelectual. Não é gratuito o fato de Sócrates dizer como as pessoas dessa bela cidade vão viver, ou seja, neste modo de vida está impressa a prática da justiça. Desse modo, vemos que uma definição não se dá exclusivamente pela enunciação de uma única proposição geral ou uma sentença, ao mesmo tempo

que a Justiça que se apresenta na constituição da cidade e no seu funcionamento é base para a demonstração dela própria.

Ainda no segundo livro é feita a distinção entre 'ser' e 'parecer' que vem adicionar à reflexão o conceito de persuasão (*peithós*) e sua relação com a mentira (*psêudos*). É necessário, portanto, lançar luz sobre estes dois termos a fim de esclarecermos o seu sentido filosófico e como podemos interpretá-lo no texto. Embora seja possível lançar diversos tipos de olhares sobre o texto, suas argumentações e significados, elegemos dentre estes, a tentativa de lançar um olhar filosófico sobre as questões para analisá-las, pois este olhar, em sua reflexão, abarca todos estes campos de investigação que os outros olhares compreendem.

Neste primeiro momento podemos tomar como base a noção do sentido de persuasão, segundo a qual a persuasão funciona como uma estratégia que consiste em utilizar recursos lógico-argumentativos para induzir alguém a aceitar uma ideia, uma atitude ou realizar uma ação, isto é, emprega-se argumentos, legítimos ou não, com o propósito de conseguir que outro indivíduo adote certa linha de conduta, teoria ou crença.

É importante que se tenha essa noção sobre a persuasão por que acontecem, ao longo do diálogo, sucessivas tentativas de persuasão a respeito de um pensamento ou de outro para, assim, chegar-se a conclusões ou dar seguimento ao que se delineia no decorrer da discussão dialética que nos é apresentada na maioria dos discursos e também, neste caso, na República e, nesta, sobretudo no que tange visualizar a noção de Justiça apresentada e a necessidade de haver, nesta bela cidade, a bela mentira. É igualmente importante sabermos a relação que existe entre os termos gregos *kallós*, Díke (Belo e Justo respectivamente), pois estes dois termos acompanham como qualificativo os termos Mentira (*pseudós*) e Cidade (*Polis*). Ora, poderíamos pensar que o termo “bela mentira” é contraditório pois, digamos que, ao processar esse termo na nossa mente, tomamos como base os ensinamentos que recebemos que são, em geral, de condenar o uso de toda e qualquer mentira, de que a mentira é necessariamente, em toda e qualquer situação, um mal, ou seja que ela é, em si mesma, um mal. No entanto, ao lermos os textos dos filósofos antigos, e sobretudo os

de Platão, percebemos que no seu pensamento são atribuídos significados que fazem com que alguns termos sejam acrescentados dos sentidos que estão contidos no pensamento de Platão como um todo. É o que ocorre com os termos Justo, Belo, Bom e a relação entre eles. Explicar essa relação, assim como tem sido interpretada no pensamento de Platão segundo (**alguns dos intérpretes platonistas,**) irá esclarecer o porquê de o termo belo mentira não ser, em nada, contraditório e também o fato de ele ser perfeitamente aceitável, ou melhor, necessário, na bela cidade justa que Platão nos apresenta e que é, aliás, o projeto ideal de uma cidade para se viver, a cidade perfeita. Sem falar, é claro, da importância de lermos o texto por completo e entender em que sentido, em que situações e a quem é dada a autorização para mentir. O que precisamos saber é que entre Belo, Justo e Bom, existe uma relação de identidade. No vocabulário de Platão, algo não pode receber a designação de Justo, se não for Belo e Bom, assim como não pode ser Belo, sem ser, a um só tempo, Justo e Bom. Também não pode ser Bom, se não for Justo e Belo.

Logo no início do segundo livro, quando é retomada a discussão sobre a justiça, um dos interlocutores de Sócrates afirma que ele acredita ser a justiça participante da espécie de bens que são bens em si mesmo:

– Em qual dessas espécies inclui a justiça?

-- Eu creio que na mais bela espécie, disse eu, naquela que por ela mesma e também pelo que dela decorre, quem pretende ser feliz deve amar. (República, 358a).

E imediatamente concordam que este não é o pensamento da maioria dos homens comuns, tendo eles a justiça como algo penoso, mas que se deve praticar em função dos benefícios que ela pode proporcionar, pelo menos ao modo deles de ver e, ainda: “tendo em vista a opinião dos outros, mas que por eles mesmos deveria ser evitada, por que, segundo essas pessoas, eles são difíceis de alcançar.”

Aqui cabe entreposta, pela sua importância e por que os diálogos de Platão estão repletos delas para essa função, destacar a crítica que Platão faz a opinião do senso comum (ou da maioria dos homens) e à hipocrisia e à “falsidade moral” (?) (é possível julgá-la assim levando em conta qual deve ser a conduta do homem justo) que perpassa as suas ações em vista daquilo que consideram como um bem: para se

travestirem de virtuosos e justos existem homens que nada mais fazem além de segurar uma bandeira, neste caso, a da justiça, mas que não crêem ser ela mesma, um bem em si, tampouco que proporcione a felicidade, exceto pelas honras que se atribuem aqueles que parecem homens justos, ou seja, homens que utilizam os véus das aparências em detrimento da construção de uma essência verdadeira. O que importa é o ser verdadeiramente justo, e não o parecer.

Ao iniciar seu discurso sobre qual é a essência e a origem da justiça, Gláucon diz o seguinte:

Dizem que uma injustiça é, por natureza um bem, e sofrê-la, um mal, mas que ser vítima de injustiça é um mal maior do que o bem há em cometê-la. De maneira que, quando as pessoas praticam ou sofrem injustiças umas das outras, e provam de ambas, lhes parece vantajoso, quando não podem evitar uma coisa ou alcançar outra, chegar a um acordo mútuo, para não cometerem injustiças nem serem vítimas delas. Daí se originou o estabelecimento de leis e convenções entre elas e a designação de legal e justo para as prescrições da lei. Tal seria a gênese e essência da justiça, que se situa a meio caminho entre o maior bem – não pagar a pena das injustiças – e o maior mal – ser incapaz de se vingar de uma injustiça. Estando a justiça colocada entre esses dois extremos, deve, não preitear-se como um bem, mas honrar-se devido a impossibilidade de praticar a injustiça. Uma vez que o que pudesse cometê-la fosse verdadeiramente um homem nunca aceitaria a convenção de não praticar nem sofrer injustiças, pois seria loucura. Aqui tens, ó Sócrates, qual é a natureza da justiça, e qual a sua origem, segundo é voz corrente.(358e-c)

Já anteriormente, na conversa, Sócrates, se posicionou contra este tipo de opinião, que é a opinião da maioria dos homens, e que está intimamente fundada na educação realizada pelos poetas através dos mitos que, por sua vez, deve ser absolutamente expulsa da cidade para que esta possa proporcionar a melhor educação para as pessoas que nela habitarem. Qual vem a ser este elemento que não deveria estar contido na educação e por que Platão nos mostra que os poetas e os mitos por eles contados reforçam uma crença, uma convicção segundo a qual definir a justiça e viver segundo ela é difícil, árduo, que o caminho para chegar até ela é repleto de impedimentos e que, por sua vez, a conquista e prática da injustiça é fácil e agradável. Ora, ouvindo isto desde pequenos, sendo educados segundo esta concepção e visão de mundo que supõe a busca pelo mais fácil, mais acessível, mesmo que o mais fácil e mais acessível seja o pior e não o melhor, como hão os homens de ficar, como vão agir

na idade adulta, que tipo de conduta vão adotar para viver? No mínimo, preguiçosos, covardes e traiçoeiros. Este tipo de comportamento não traria, de modo algum, a harmonia para o interior da estrutura da cidade em nenhuma de suas partes. Pelo contrário, a cidade seria corrompida por homens capazes dos atos mais vis e imorais. Aliás, não se pode esquecer que a cidade histórica, a Atenas do século IV a.C, condenou Sócrates à morte e Platão a tem em vista ao pensar sua cidade “erguida enquanto palavras”.

O TERMO *PSEUDÓS* E O NOSSO OLHAR SOBRE A MENTIRA

Adiante, percebemos que Platão nos fala na *República* de *pseudos*, a mentira, mas também que este termo não recebe sempre o mesmo tratamento ou abordagem em todas as situações, mas em situações específicas, possui uma abordagem específica. Aliás, é preciso que, ao lermos as obras antigas, ou obras anteriores ao nosso tempo, interpretemos com cuidado e rigor seus termos, conforme já dito. Para complementar o que foi dito anteriormente, é preciso lembrar que uma vez traduzidos para outra língua e retirados do panorama ao qual pertencem e ao qual foram cuidadosamente inseridos, sejam antigos ou mais próximos da contemporaneidade, ou mesmo os próprios contemporâneos que escreveram em outra língua -- mas aqui, em especial em Platão -- os termos sofrem uma alteração de sentido, uma perda em sua amplitude de significados que já compromete as interpretações possíveis a cerca da obra como um todo, ou seja, uma interpretação sem esses cuidados, mesmo que seja apenas de um termo específico, pode nos levar ao erro, conseqüente má compreensão e a todas as outras implicações a que isso nos leva, sobretudo quando se trata de um texto que, além de escrito em uma língua que não se fala mais, o grego koiné, também foi escrito há muito tempo, no séc. V a.C.

Devemos atentar, portanto, que as palavras da língua portuguesa para as quais são traduzidos alguns termos, do grego antigo neste caso, estão carregadas de conceitos outros que se foram formando ao longo do tempo, se trata de palavras que

foram forjadas muito depois de Platão nos ter deixado escrita a sua obra. É necessário, então, interpretar com o máximo de rigor possível, para se alcançar o mínimo desejado, ao pesquisarmos tais obras, pensar sem a carga de conceitos, sem preconceitos e sem os julgamentos fatais que temos a cerca deles.

Isto se aplica, quanto a pesquisa que o trabalho propõe, sobretudo ao termo *pseudos* utilizado por Platão na *República*. Este termo é traduzido por mentira, falsidade que, por sua vez, são vistos por nós a partir de um julgamento que os condena completamente, em qualquer situação, o que talvez reflita um pouco da desonestidade de nossas próprias ações e pensamentos e que nos mostra, realmente, o quanto, e se nos comprometemos com a verdade.

Mas, pensar sobre isso nos leva a outras perguntas do mesmo âmbito: quando temos o dever de dizer a verdade? Quando é justo mentir? Quando a mentira é útil? Em que condições podemos utilizá-la sem causar danos? É o que encontramos em discussão no livro II da *República* quando Sócrates lança uma reflexão a seus interlocutores sobre a mentira e sobre ser enganado:

– É que pensas, disse eu que estou falando algo solene... Mas estou falando que deixar-se enganarem sua alma e permanecer enganado a respeito do que é real, ser ignorante e nela manter a mentira, tendo-a como coisa sua, é o que menos admitiriam e mais odiariam em por não sabermos qual é a verdade a respeito dos fatos antigos, equiparamos tanto quando possível a mentira tal situação. Mas muito mais acertado, como eu dizia há pouco, seria que déssemos o nome de verdadeira mentira a isso que falávamos há pouco, à ignorância que está na alma daquele que está enganado. É que uma imitação em palavras do que se passa na alma e que mais tarde se torna uma imagem inane não é mais uma mentira sem mistura ou não é assim?. A verdadeira mentira é odiada não só pelos deuses, mas também pelos homens. (...) E a mentira com palavras? Quando e para quem ela é útil a ponto de não merecer ódio? Não será útil contra os inimigos e em favor daqueles a quem chamamos amigos quando, por causa de um delírio ou de uma demência, tendem a praticar o mal? Nesse momento, para afastar o mal, não se torna útil como remédio? E nas narrativas que falam dos deuses, mencionadas há pouco, à verdade e desse modo a tornamos útil? (382 c-d).

Nesta passagem temos, além da crítica aos poetas, a exposição da questão ética. Em que situação nos é permitido mentir?

Levando em consideração a nossa noção atual de mentira como falsidade, erro, nomes pelos quais foram traduzidos para o português o termo *pseudós*, diríamos, então, que em nenhuma situação., por ser este termo e as ações que se relacionam a ele, condenáveis. Porém, como já dito, nossas palavras e seus significados, como os conhecemos hoje, encontram-se carregados de preconceitos, julgamentos que as retiram de qualquer suposta utilização que não seja digna de repúdio. Diante disso, o que devemos levar em consideração é a noção especificamente que Platão quer nos dar ao refletirmos sobre o uso de *pseudós* nas situações por ele colocadas na República. Para tanto, temos a seguir o significado do termo *pseudós* retirado Léxico de Platão, uma obra que nos mostra alguns dos principais conceitos fundamentais de Platão, organizado por um grupo de pesquisadores alemães coordenado por Christian Schäfer . A seguir temos então a análise dos possíveis significados do que se esconde por detrás do que se foi traduzido por mentira, falsidade, engano, erro:

Erro/engano:

- I. Erro (que em grego, segundo o aspecto, podem ser diferentes conceitos como *amathia*, *anoia*, *agnoia*, *planê*, *pseudos* ou *apatê*) pode ser geralmente definido em Platão como desencontro do “ser”. Ser não deve ser entendido aqui como cópula nem como enunciado existencial, mas significa sempre “ser alguma coisa”, “ser uma determinada coisa”, pois Platão parte do princípio de que é cognoscível somente aquilo que pode ser intelectualmente retirado como algo uno, idêntico, determinado (*on auto kat’hauto*) Apenas aquilo que preenche efetivamente esse critério é efetivamente um “ser” , um *eidos*. A apreensão do ser nesse sentido é conhecimento verdadeiro; inversamente o desencontro, o desencontro do ser é erro ou engano.
- II. O que possibilita o erro é, em última análise, a finitude do homem e do mundo. Esse cosmos perceptível não é determinação objetiva pura; ao contrário os objetos empiricamente acessíveis fornecem ao conhecimento apenas uma unidade aparente que não satisfaz ao princípio básico do conhecimento, de que alguma coisa não pode ao mesmo tempo ser ela própria e não ser ela própria (princípio da contradição) pois o mesmíssimo objeto empírico é sempre mais do que uma coisa. O círculo concreto não é corporificação pura da identidade das distâncias de um centro, mas sim ao mesmo tempo, giz ou areia, etc. Se tomamos esse todo como unidade da coisa esta é algo de confuso, (*synkechymenon ti*, República, 524c), é misturada ao não ser, por que ela é sempre alguma outra coisa. (República 479) [...] Pois a alma humana ainda não dispõe da verdade, mas tem apenas a capacidade de alcança-la.

(...) A percepção, na medida em que não se restringe a apreensão de qualidades perceptivas, como cores e tons, está sujeita ao engano, por exemplo, quando tomamos uma estátua por um homem. Mas também o pensamento racional, isto é, que tira conclusões partindo de premissas e explicitando suas implicações, não está imune – por causa de seu caráter sintético – ao erro; apenas o intelecto é infalível. (Rep. 477 e) O principal erro, sempre discutido nos diálogos platônicos, reside no âmbito da *doxa*. Ela é a faculdade que, no caso individual, procura apreender diretamente as coisas mesmas ou aplica diretamente um conceito ao caso individual. (Rep. 475d-480a.), sem poder prestar conta disso racionalmente.(...) Os erros que a alma causa no conhecimento, por construir unidades confusas (essa *agnoia* na alma é o *pseudos* propriamente) refletem-se linguisticamente em proposições falsas (o *pseudos* no discurso é uma cópia – *mimêma* ou *eidôlon* – do estado na alma, Rep. 382b)

PRIMEIRA INTERPRETAÇÃO DO PONTO DE VISTA DE SÓCRATES/PLATÃO SOBRE *PSEUDÓS*.

Podemos perceber primeiramente que *pseudos* é próprio do ser humano, que embora possa ocorrer em âmbitos diversos, como na alma ou mesmo no pensamento racional, está sempre ligado diretamente às ações humanas com relação às coisas que nos rodeiam. E quando se trata de mentira, ou engano (neste caso enganar outra pessoa), que é o que está em questão, devemos refletir sobre todos esses conceitos transpondo-os ao plano ético. Se tomarmos um mito como uma narrativa que nos proporciona um modo de conceber o mundo, o universo, cada uma das coisas que nele estão, as forças que entendemos superiores a nós e todas as outras coisas transcendentais ou metafísicas, por assim dizer, as quais não conseguimos até hoje encontrar um mecanismo de explicação absoluto e que esteja dentro dos limites do entendimento humano então, podemos chamar o mito, dentro da concepção platônica, de Bela Mentira.

Lembrando que esta expressão não deve ser vista a partir de um olhar preconceituoso, pessimista e anacrônico que, na certa, o condenaria como inútil e pernicioso, temos então, como perguntou Sócrates, uma mentira que não é, assim,

digna do ódio, por ser ela, exatamente uma tentativa lúcida de conceber o mundo, não de qualquer modo, mas dentro de uma narrativa sagrada, que oferece um ordenamento para a vida do ser humano dentro do cosmo ao qual ele pertence, a partir de um nexos causal.

Assim, a bela mentira pode ser, ou não, um desencontro do ser. Seria, portanto, idêntico a uma suposta causa de tudo o que veio a ser, cognoscível até certo ponto, mas que não faz parte da categoria da dupla ignorância, pois há no ser humano a motivação pela continuação da busca do ser, a prova disso está na diversidade de modos de explicar a origem do mundo que se desenvolveu ao longo dos tempos, quero dizer, as narrativas sagradas que nos auxiliam a pautar nossas ações na vida nunca foram impedimento para buscarmos explicações mais satisfatórias (no sentido de serem mais amplas), mas quando não as temos, essas explicações, se não retornamos aos contos sagrados e as nossas crenças, temos sempre a possibilidade da dúvida que, embora angustiante, nos impele sempre à busca do ser.

A crença sadia em uma bela mentira, ou então, nas narrativas sagradas proporciona um certo conforto que provém, acredito, da finitude do nosso ser que, por vezes, insistimos em negar, mas que devemos reconhecer, ao menos enquanto não temos meios para expandir a nossa compreensão a cerca da nossa “inquietude existencial”. Além disso, vemos que é a partir destas narrativas que, por muito tempo, e ainda hoje, as pessoas encontram seus domínios no vasto campo de ações que a vida oferece, e também é a partir destas mesmas narrativas que agregamos valores às nossas ações.

Assim, a bela mentira é, também ela, uma narrativa, porém, inventada para ser verossímil e não ser confundida com um relato de uma realidade divina como se esta fosse idêntica àquela da vida humana. Os deuses serão tomados como modelos de comportamento e, nesse sentido, não poderão ser tão cruéis, vis ou bons quanto um humano. Se os deuses existem, não podem ser descritos como os humanos; algo de diferente e de melhor deve caracterizá-los. Do contrário, não haverá medida justa de nenhuma ação, humana ou divina para além da imortalidade de uns e da mortalidade dos outros. Desse modo, a noção possível de justiça seria ou a da vingança ancestral

ou a de Trasímaco, qual seja, deve-se parecer justo e não ser justo. A seguir então, teremos a exposição da bela mentira a que Platão se refere, a saber, também um mito, mas que difere daqueles contados pelos aedos e educadores da *pólis* grega porque estes cantavam o mito de uma forma tal que Platão sempre critica em seus diálogos e inclusive na *República*, como vemos a seguir, assim eram apresentados personagens mitológicos – figuras e acontecimentos importantíssimos para a educação da cidade, que serviam de guia e exemplo para as ações dos homens – pelos próprios aedos e poetas, segundo temos na *República*, logo em 364d-e:

“Mas, de todos os argumentos, os que tomam forma mais surpreendente são os que dizem respeito aos deuses e à virtude: que os próprios deuses atribuíram a muitos homens de bem infelicidades e uma vida desgraçada, e aos maus o contrário. (...) Outros, para mostrar como os deuses são influenciados pelos homens, invocam o testemunho de Homero, pois também ele disse:

Flexíveis até os deuses o são.

Com as suas preces, por meio de sacrifícios,

votos aprazíveis, libações, gordura de vítimas, os homens

tornam-nos propícios, quando algum saiu do seu

caminho e errou. Ilíada IX. 497-501

Sobre isto, Adimanto destaca que:

Toda espécie de afirmações, meu caro Sócrates, proferidas desta forma e com tais garantias, que se fazem sobre a virtude e o vício, sobre o valor que os homens e deuses lhes atribuem – ao ouvi-las, que pensamos que fazem as almas dos jovens que forem bem dotados e capazes de, andando como que a volitar em torno de todas extrair delas uma noção do comportamento que uma pessoa deve ter e da espécie de caminho por que deve seguir, a fim de passar a existência o melhor possível? Na verdade, dirá provavelmente para si mesmo aquela famosa sentença de Píndaro:

Hei de subir ao bastião mais elevado,

Pela justiça ou pelo dolo tortuoso. (Fr. 213 Snell de Píndaro)

para assim me acolher a esse reduto e lá passar a minha vida; Pois segundo dizem, se eu for justo, mas não o parecer, não tiro proveito nenhum, mas sim penas e castigos evidentes. Para o homem injusto, que saiba granjear fama de justiça, a sua vida diz-se que é divinamente boa. Portanto, << uma vez que a aparência>>, como me demonstram os sábios, <<subjuga a verdade>> e é senhora da felicidade, é para esse lado que devemos voltar-nos por completo. Tenho que traçar em círculo à minha volta, como uma fachada e frontaria, uma imagem da virtude, e arrastar atrás de mim a raposa matreira e astuciosa do muito sapiente Arquíloco (...) <<Mas aos deuses não é possível passar despercebido nem fazer violência>>. Ora, se eles não existem, ou não se preocupam com as coisas dos homens, para que havemos de importar-nos com o passar despercebido; Se, porém, existem, e se preocupam, nós não sabemos nem ouvimos falar deles a mais ninguém, senão através das leis e dos poetas que trataram da sua genealogia, e são esses mesmos que dizem que eles são de molde a deixarem-se flectir por meio de sacrifícios, preces brandas e oferendas.”

Platão cita várias passagens que julga serem inapropriadas para uma boa educação, uma educação que seja conforme a Justiça, a Temperança, a Coragem e as demais virtudes, sobretudo quando esta educação inicia-se desde a mais tenra idade na qual somos mais crédulos possíveis nos ensinamentos que recebemos e os levamos para os resto de nossas vidas:

Passagem 380a

“Nem ainda se deverá consentir que os jovens ouçam que, como afirma Ésquilo,

Deus faz surgir uma falta no homem,

Quando quer arruinar por completo uma casa. Fr. 273 Mette, vv. 15-16”

Passagem 381 b-d

“Então, meu caro – prossegui, eu – que nenhum dos poetas nos venha dizer que

...os deuses semelhantes a forasteiros de outras terras

sob aspectos variados, percorrem as cidades.”

E também Platão condenava a forma como os poetas apresentavam o Hades, lugar futuro de quem morre, como se dizia, porque se a educação fosse baseada nas crenças a seguir, que se apresentavam sobre estes domínios, os homens seriam todos covardes e aceitariam viver uma vida indigna à ter que ir para o Hades sobre o qual era dito, segundo a passagem 386c-d que:

*Antes queria ser servo da gleba, em casa
De um homem pobre, que não tivesse recursos,
do que ser agora rei de quantos mortos perecerem. (Odisséia XI. 489-491, palavras da
sombra de Aquiles, no Hades, a Ulisses)*

e também:

*que aparecesse ante mortais e imortais
a pavorosa mansão bolorenta que os deuses abominam.
(Ilíada XX, 64-65, palavras de Hades, deus dos infernos, receoso de que, ante os
abalos da terra provocados por Poséidon, o reino dos mortos aparece à luz do dia.)*

E ainda:

*só a ele é dado entendimento; os demais são sombras que se agitam. (Odisséia X, 495.
O verso refere-se ao adivinho Tirésias, o único morto a quem Perséfone, a rainha do
Hades, conservou o entendimento.)*

Ou:

*a alma evola-se dos seus membros para a mansão do Hades
gemendo a sua sorte, ao deixar a força da juventude. (Ilíada XVI. 856-857, descrição da
morte de Pátroclo).*

Ou então:

*Tal como os morcegos no recesso de espantosa gruta
esvoaçam aos gritos, quando algum cai da fila
suspensa da rocha, e se seguram uns aos outros,
assim elas partiam juntas, soltando pequenos gritos. (Odisséia XXIV. 6-9.)*

Seguido destas tantas sucessivas citações que o próprio Platão faz através dos personagens na República, acrescenta-se:

-- *Palavras como estas e todas as outras da mesma espécie, pediremos vénia a Homero e aos outros poetas, para que não se agastem se as apagarmos, não que não sejam poéticas e doces de escutar para a maioria; mas quanto mais poéticas, menos devem ser ouvidas por crianças e por homens que devem ser livres, e temer a escravatura mais do que a morte.(...) Portanto, devem ainda rejeitar-se todos os nomes terríveis e medonhos relativos a estes lugares, <<Cocito>> e <<Estige>>, <<espíritos dos mortos>>e <<espectros>>, e outras designações do mesmo jaez que fazem arrepiar quem as escuta. Talvez estejam certas para outros efeitos. Mas nós receamos que os nossos guardiões, devido a tais arrepios, fiquem com febre e amolecidos, mais do que convém. (387b-c)*

Ora, o Hades, na qualidade de deus e de lugar dos mortos, nas narrativas homéricas, por exemplo, apresentava-se como um cenário desolador para onde iam as almas dos mortos que para conversarem entre si, necessitavam beber sangue (*Odisséia*) o que levava mesmo o *melhor dos aqueus*, Aquiles, a lamentar a escolha que fizera, ou seja, uma vida breve mas gloriosa.

Assim, Sócrates/Platão, estão discutindo com a tradição poética e com a nova forma de educação proposta pelos sofistas, também eles em conflito com os poetas. O conflito filosófico abarca, nesse sentido, toda a *Paidéia* grega, tanto a antiga quanto a que se apresenta como alternativa a esta. Portanto, é como um *ágon*, uma luta verbal significativa e desesperada, que se introduz o tema da bela mentira. Quem pode mentir, em que circunstância? Para quem? Sobre o quê?

A educação das crianças supõe o mito. Platão não pretende excluí-lo e sim renová-lo, à luz dos princípios éticos-filosóficos que estão, tal qual a *Kallipolis*, sendo construídos. Tal arquitetura requer discussão, muita discussão. Trata-se de examinar a melhor forma de viver entre homens e repensar os deuses em suas relações entre si e em suas relações com os homens. Por isso, a bela mentira deverá ser contada pelo guardião, ou pelo futuro filósofo-rei, às crianças e jovens, a fim de desenvolver desde cedo em suas almas os princípios morais adequados e o rigor mental necessário ao seu plenos desenvolvimento.

A verdade, não deverá, por isso ser escamoteada e ou negligenciada. Pelo contrário, ao compreender a narrativa como tal, isto é, como uma história verossímil sobre os seres sagrados que povoam, tal qual os homens, a cidade, eles crescerão com a consciência de serem parâmetros verossímeis, os melhores possíveis, a serem

contemplados, investigados e quem sabe, até mesmo, seguidos. Contudo, saberão, por isso mesmo, que a busca de verdade é constitutiva do conhecimento e da natureza humana e, dessa forma, desejarão empenhar-se em encontrá-la e durante a busca pautarão sua conduta, até mesmo a da busca, no melhor.

Desse modo, o ideal antigo do *kalós kagatós*, belo e bom, além de revigorado estará fundamentado em alicerces sólidos adequados à formação de homens justos e na possibilidade, um pouco mais real, de transformação da realidade política segundo o preconizado pelo ideal.

Naturalmente, tal projeto supõe percalços e dificuldades que poderão ser superados somente quando o filósofo se fizer rei ou o rei se fizer filósofo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSETANO, Giovanni. *Sofista*. Tradução de Maria da Graça Gomes. São Paulo: Paulus: 2010.

_____. *Paradigmas da verdade em Platão*. Tradução de Maria da Graça Gomes Pina. São Paulo: Loyola, 2010.

DORION, Louis-Andre. *Compreender Sócrates*. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Edições Loyola, 2006.

GOBRY, Ivan. *Vocabulário Filosófico Grego*. Tradução de Ivone C. Benedetti. Revisão Técnica de Jacira de Freitas. Caracteres Gregos e Transliteração do Grego de Zelia de Almeida Cardoso. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GOLDSCHMIDT, Victor. *Os Diálogos de Platão: estrutura e método dialético*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *A Religião de Platão*. Tradução de Yeda e Oswaldo Pereira, 1962.

GUTHRIE, W.K.C. *Os Sofistas*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

KRAUT, Richard. *Socrates and the State*. Princeton; New Jersey: Princeton University Press, 1984.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

_____. *Apologia, Êutifron, Críton*. Tradução de José Gabriel Trindade dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

WOLF, Francis. *Sócrates*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

